



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO N.º 18/2022 – ELETRÔNICO

UASG 070016

Procedimento Administrativo nº. 0004885-42.2021

O Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul realizará licitação, na modalidade de PREGÃO, na sua forma eletrônica, no regime de execução indireta, do tipo menor preço, que será regida pela Lei 10.520/02, pelos Decretos 10.024/2019, 8.538/2015, pela Lei Complementar 123/06, alterada pela LC 147/2014, pela Resolução TSE nº 23.234/2010, pela Resolução TRE/MS nº 665/2019, Portarias DG/TRE/MS nº 58/2021 e 59/2021 e IN-MPOG nº 05, de 26 de maio de 2017 e subsidiariamente, pela Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

A sessão pública será realizada através do sítio Portal de Compras do Governo Federal na rede mundial de computadores (internet), no endereço eletrônico www.gov.br/compras (SIASG/COMPRASNET), e terá início às **14h (catorze horas)**, no horário oficial de Brasília/DF, em **08/junho/2022**.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços de apoio administrativo com a alocação de postos de trabalho de Arquivista e Historiador, conforme as condições deste Edital e seus anexos.

1.2. A descrição detalhada dos serviços a serem prestados, forma, condições e período de execução, características dos serviços, procedimentos a serem seguidos, obrigações e deveres da contratada, etc, estão expostas no Termo de Referência (Anexo I), no Instrumento de Medição de Resultados (Anexo II) e na Minuta de Contrato (Anexo III).

1.3. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termos de Referência;
- b) Anexo II – Instrumento de Medição de Resultados (IMR);
- c) Anexo III – Minuta do Termo de Contrato;
- d) Anexo IV - Instruções para preenchimento das planilhas;
- e) Anexo V – Modelos de Planilha de Custos e Proposta Detalhada, **a ser preenchida pelo licitante**;
- f) Anexo VI – Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União – vedação de participação de cooperativas de mão-de-obra;
- g) Anexo VII – Minuta do Termo de Acordo com instituição bancária oficial para abertura e manutenção da conta-corrente vinculada.

h) Anexo VIII - Planilha de custos e formação de preços utilizada pelo TRE/MS para obtenção do valor estimado e que servirá como valor máximo admitido para contratação;

i) Anexo IX - Código de Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).

1.3. Havendo divergência entre a descrição do objeto constante do Edital e de seus anexos e a descrição constante no sistema eletrônico do Portal de Compras do Governo Federal (SIASG/COMPRASNET), **prevalecerá sempre** a constante do presente instrumento convocatório.

1.4. Nos termos da Cláusula XLI do Capítulo XIV do Termo de Referência, a contratada deverá possuir sede, filial ou instalações/escritório no município de Campo Grande/MS, cuja comprovação será feita no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da vigência do contrato.

2. DOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes do objeto desta licitação, serão custeadas com recursos aprovados na Lei Orçamentária da União nº 14.303 de 21/01/2022, na Ação: **20GP – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa, Programa de Trabalho 02.122.0033.20GP.0054**. Elemento de Despesa: 33.90.39 – Outros Serviços de 3º - PJ e que a referida despesa está prevista na Lei nº 13.971, de 27/12/2019, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2020/2023 e é compatível com a Lei nº 14.116, de 31/12/2020 (LDO 2021), Projeto de Lei 28/2020-CN (LOA 2021) e com o art. 16 da Lei nº 101, de 04/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

2.2. As despesas que, eventualmente, venham a ocorrer nos exercícios subsequentes serão custeadas com recursos previstos na Proposta Orçamentária desses exercícios, que serão indicados oportunamente, com devido registro via termo(s) aditivo(s) ou apostilamento(s).

3. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. O interessado em participar deste PREGÃO ELETRÔNICO, doravante denominado apenas PREGÃO, deverá estar previamente cadastrado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e credenciado no Ministério da Economia, por meio do site www.gov.br/compras, órgão gestor do Sistema Eletrônico “Comprasnet”, (SIASG/COMPRASNET), doravante denominado apenas sistema.

3.2. O credenciamento do licitante é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e constitui pré-requisito para o cadastramento nos demais níveis.

3.2.1. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados, devendo solicitar, imediatamente, a correção ou a alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.3. O acesso ao sistema para participação neste PREGÃO dependerá de chave de identificação e senha pessoal, que deverão ser obtidas pelo interessado junto ao provedor do sistema (STLI-MPOG), assim como as demais instruções acerca de seu funcionamento e correta utilização.

3.3.1. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.3.2. A licitante se responsabiliza formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, como também assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3.3. Caberá também à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório, bem como se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

3.4. Não poderão participar deste PREGÃO:

- a) Consórcio de empresas, qualquer que seja sua forma de constituição ou empresas que possuam dirigentes em comum;
- b) Empresa que esteja sob falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- c) Empresa que tenha sido punida com suspensão do direito de licitar pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- d) Empresa que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV do art. 87 da Lei nº 8.666/93;
- e) Empresa impedida de licitar e contratar com a União, nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/02;
- f) Empresa condenada por improbidade, nos termos da Lei nº 8.492/92 (LIA);
- g) Empresa que possua, entre seus sócios, servidor do TRE/MS;
- h) Empresa cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto deste PREGÃO.

3.4.1. Para cumprimento do disposto nas cláusulas “c”, “d”, “e” e “f” acima será realizada consulta no SICAF – Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores, disponível no site do Comprasnet (<https://www.gov.br/compras/pt-br/>), consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal (<http://www.portaltransparencia.gov.br/>) e consulta ao Cadastro de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa - CNIA - CNJ (https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

3.5. De acordo com o art. 1º, da Resolução 9/2005, do Conselho Nacional de Justiça, que dá nova redação ao art. 3º, da Resolução 7/2005, é *“vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação e serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, devendo tal condição constar expressamente dos editais de licitação”*.

3.6. Nos termos do art. 4º da Resolução 156/2012 do Conselho Nacional de Justiça *“é vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos arts. 1º e 2º”* da referida Resolução.

3.7. Como requisito para participar neste PREGÃO, a licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, ciência das condições deste Edital e seus anexos, e sua concordância com essas, e o pleno cumprimento das exigências de habilitação do presente Edital.

3.8. A omissão de informações por parte da empresa, ou a declaração falsa, ensejará as sanções e penalidades legais aplicáveis.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS

4.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, **concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital**, proposta eletrônica com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública. (vide preâmbulo).

4.1.1. O recebimento de propostas será encerrado automaticamente pelo sistema na data e horário de abertura da sessão pública.

4.1.2. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF.

4.1.3. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos no edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

4.1.4. O licitante declarará, em campo próprio do sistema, o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital.

4.1.4.1. A falsidade da declaração de que trata a cláusula anterior sujeitará o licitante às sanções previstas no Decreto nº 10.024/2019.

4.1.5. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.1.6. A licitante que esteja enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá declarar em campo próprio do sistema, no momento de envio da proposta de preço, que atende aos requisitos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/2006, de modo que lhe sejam conferidas as prerrogativas da referida Lei.

4.2. A proposta de preço ELETRÔNICA, deverá indicar:

a) a quantidade de postos ofertada por item, que deverá ser igual à quantidade estimada por item indicada no Capítulo IV do Termo de Referência - anexo I deste Edital.

b) o PREÇO TOTAL OFERTADO PARA O ITEM, expresso em R\$ (reais), para o período de 24 meses da contratação.

b.1) para fins de lançamento do preço no sistema, inclusive na fase de lances, será admitido o uso de até 4 (quatro) casas decimais;

b.2) selecionada a proposta vencedora, os preços serão considerados com no máximo 2 (duas) casas decimais, desprezando-se a fração correspondente às terceira e quarta casas decimais, (por exemplo: preço ofertado de R\$ 5,3256, será considerado como R\$ 5,32);

b.3) O detalhamento do valor total da proposta, para o item, será feito por meio da planilhas de custo e proposta detalhada, **devendo a licitante preencher as abas da planilha excel constante do Anexo V.**

b.3.1) Na planilha de composição dos custos constam abas para os dois itens objeto desta licitação, a empresa poderá ofertar preços para os dois itens ou somente para o item de interesse.

b.4) o encaminhamento de formulários relativos à formação dos custos e proposta de preços elaborados em arquivos eletrônicos diversos dos disponibilizados pelo TRE/MS acarretará a recusa da proposta na fase de

Aceitação, conforme disciplinado no Capítulo 9.

c) DETALHAMENTO DO SERVIÇO OFERTADO:

c.1) o detalhamento do serviço deverá ser efetuado no campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, constante do sistema, *sendo admitido como detalhamento* o preenchimento do campo com o uso da expressão “conforme Termo de Referência”, ou outra similar;

c.2) a inserção no campo “descrição detalhada do objeto ofertado” de informações em desacordo com as especificações exigidas no Termo de Referência – Anexo I implicará a desclassificação da proposta;

4.3. O VALOR TOTAL MÁXIMO ADMITIDO PARA O ITEM, referente ao período de 24 meses, conforme Capítulo V do Termo de Referência, é de:

a) item 01 - R\$ 124.389,12 (cento e vinte e quatro mil trezentos e oitenta e nove reais e doze centavos);

b) item 02 - R\$ 133.150,56 (cento e trinta e três mil cento e cinquenta reais e cinquenta e seis centavos) .

4.3.1. A proposta de preço eletrônica, descrita na Cláusula 4.2, será desclassificada se contiver, nos seus campos de preenchimento, qualquer elemento que possa identificar a licitante.

4.3.2. Considera-se proposta de preço eletrônica, o preenchimento, após a divulgação do edital e antes da abertura da sessão pública, dos campos próprios constantes no sistema Comprasnet.

4.4.A licitante também deverá elaborar a PLANILHA DE CUSTOS E A PROPOSTA DETALHADA, segundo o modelo constante do Anexo V deste Edital, que deverá ser encaminhada após a convocação do Pregoeiro, onde deverão constar:

- a) razão social da empresa e n.º da inscrição no CNPJ/MF;
- b) endereço completo, número de telefone/fax e e-mail para contato;
- c) dados bancários da empresa (banco, agência e conta-corrente);
- d) dados do representante legal que assina a proposta e que assinará o contrato (nome, número e órgão emissor da Cédula de Identidade (RG), número de inscrição no CPF/MF, nacionalidade e estado civil);
- e) item cotado, com seu número, descrição básica dos serviços, local de prestação dos serviços e quantitativo de postos de serviços;
- f) valor mensal unitário dos postos de serviços;
- g) valor mensal total dos postos de serviço (multiplicação do quantitativo de postos pelo valor mensal unitário do posto de serviços);
- h) período da contratação (24 meses);
- i) valor total dos postos de serviços (multiplicação do valor mensal total do posto de serviços pelo número estimado de meses da contratação);
- j) valor das diárias;
- k) valor global de cada Posto;
- l) **valor global total da proposta** para o item (somatório dos valores globais de todos os postos de serviço ofertados pela empresa);
- m) **Indicação do sindicato, acordo, convenção coletiva ou sentença normativa, relativa**

à atividade preponderante do empregador ou, caso a licitante não se encontre vinculada a nenhuma norma coletiva do trabalho deverá informar tal condição, indicando que os preços serão formulados apenas com os direitos trabalhistas previstos na CLT.

4.4.1. A elaboração da **Planilha de Custos e da Proposta Detalhada** deverá considerar a prestação dos serviços de acordo com as condições expressas no Termo de Referência (Anexo I) e na Minuta do Contrato (Anexo III).

4.4.2. Havendo dúvida quanto à composição de preço apresentada, o Pregoeiro poderá solicitar esclarecimento à empresa, objetivando a perfeita avaliação dos preços ofertados;

4.4.3. Identificado erro grave na composição dos preços, que possa comprometer a prestação dos serviços, inclusive no que tange à eventual inexecutabilidade do preço, o Pregoeiro **recusará** a proposta da empresa;

4.4.4. A ausência e/ou insuficiência de informações sobre o serviço ofertado poderá importar a desclassificação da proposta.

4.5. Independente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica submissão da licitante a todas as condições estipuladas neste Pregão e seus anexos, bem como, na legislação aplicável e, também quanto a obrigatoriedade de cumprimento das disposições nelas contidas, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos termos definidos, promovendo a substituição necessária, *quando for o caso*.

4.6. No preço ofertado deverão estar inclusas todas as despesas concernentes à prestação dos serviços pretendidos, conforme discriminados no Termo de Referência e também as despesas concernentes ao pagamento de diárias e valores relativos a todas as obrigações tributárias e trabalhistas decorrentes da execução dos trabalhos, bem como as rubricas referentes às despesas indiretas e lucro a ser auferido pela contratada.

4.7. A proposta de preço terá validade de 60 (sessenta) dias, contados da data de abertura da sessão pública, prazo após o qual, não havendo convocação para a contratação, fica a licitante liberada dos compromissos assumidos.

4.8. A licitante se responsabiliza pelo ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos ou insuficiência de especificação de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação.

4.9. Na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, não haverá ordem de classificação das propostas, que apenas ocorrerá após as etapas de envio de lances e de negociação junto ao Pregoeiro.

4.10. Em vista da vedação constante no inciso XII do art. 17 da LC 123/2006 (proibição do recolhimento de impostos e contribuições pelo Simples Nacional por empresas que realizem cessão ou locação de mão de obra, exceto serviços de vigilância, limpeza e conservação), será vedada às licitantes a utilização dos benefícios do regime tributário diferenciado no preenchimento das planilhas de custos e formação de preços, bem como na proposta detalhada e na própria execução contratual.

4.10.1. Caso a licitante vencedora seja optante do Simples Nacional, a mesma estará sujeita à exclusão obrigatória desse regime tributário diferenciado a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos do artigo 31, inciso II, da referida lei complementar.

5. DO INÍCIO DA SESSÃO PÚBLICA

5.1. A partir do horário previsto no edital, a sessão pública na internet será aberta pelo pregoeiro com a utilização de sua chave de acesso e senha.

5.1.1. Os licitantes poderão participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha.

5.1.2. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o pregoeiro e os licitantes.

5.2. Compete à licitante o acompanhamento da sessão pública, via sistema, responsabilizando-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6. DA ANÁLISE DAS PROPOSTAS

6.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no Edital.

6.1.1. O Pregoeiro poderá requisitar a participação da unidade requisitante ou de unidade especializada, para fins de análise das propostas.

6.2. A desclassificação da proposta será fundamentada e registrada no sistema, acompanhado em tempo real por todos os participantes.

6.3. São causas de desclassificação de proposta, dentre outras:

a) oferta de valor irrisório ou manifestamente inexequível, que se mostrem incompatíveis com os preços de mercado, sendo este aquele que seja inferior ao custo total da prestação dos serviços, acrescido dos encargos legais;

a.1) A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da planilha de custos, desde que não contrariem instrumentos legais, não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta;

a.2) Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preços, ou em caso de necessidade de esclarecimentos complementares, poderá ser efetuada diligência e adotados os procedimentos constantes no incisos I a XI, § 3º, art. 27 da Resolução TSE nº 23.234, de 25 de março de 2010.

b) apresentação de oferta ou vantagem baseada nas propostas dos demais licitantes ou de qualquer outra natureza;

c) oferta de produto diverso do objeto da licitação;

d) oferta de produto/serviço que não atenda às especificações mínimas exigidas pelo Termo de Referência, ou que seja de baixa qualidade;

e) presença de qualquer elemento que possa identificar a licitante quando do preenchimento da proposta eletrônica do Comprasnet.

6.4. O pregoeiro poderá, no julgamento da habilitação e das propostas, sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, e lhes atribuirá validade e eficácia para fins de habilitação e classificação, observado o disposto na [Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999](#).

6.5. O Pregoeiro poderá, no curso da sessão pública do Pregão Eletrônico, solicitar informações às licitantes, acerca de suas propostas/documentações, utilizando a ferramenta de conversação disponível no sistema.

6.6. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas pelo Pregoeiro.

6.7. Somente as propostas classificadas pelo Pregoeiro participarão da etapa de envio de

lances.

6.7.1. O CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS, para fins de ordenamento da classificação, será de **MENOR VALOR TOTAL POR ITEM, conforme Capítulo V do Termo de Referência.**

7. DA FASE DE LANCES - MODO ABERTO E FECHADO

7.1. Classificadas as propostas, o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.2. O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão pública e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

7.6. Durante a sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.7. A disputa no presente certame se dará pelo MODO ABERTO E FECHADO, nos termos do inciso II do art. 31 do Decreto nº 10.024/2019.

7.8. A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de quinze minutos.

7.9. Encerrado o prazo previsto na cláusula anterior, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

7.10. Encerrado o prazo de que trata a cláusula 7.9, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

7.11. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata a cláusula 7.10, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

7.12. Encerrados os prazos estabelecidos nas cláusulas 7.9 e 7.10, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de vantajosidade.

7.13. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos 7.9 e 7.10, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto na cláusula 7.12.

7.14. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto na cláusula 7.13.

7.15. Durante a fase de lances é permitido ao Pregoeiro excluir lance cujo valor seja considerado inexecutável, justificando tal exclusão.

7.16. Caso não haja envio de lances após o início da fase competitiva e, havendo empate entre propostas, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas.

8. DAS PREFERÊNCIAS DA LC Nº 123/2006 (MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE)

8.1. Será dado direito de preferência previsto na Lei Complementar n.º 123/2006 à licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha declarado seu enquadramento como tal (vide cláusula 4.1.6 deste Edital), na forma indicada neste Capítulo.

8.2. Encerrada a fase de lances, caso a proposta de menor valor não tenha sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema automaticamente analisará as demais propostas de valor igual ou superior em até 5% (cinco por cento) à de menor valor, e realizará os procedimentos cabíveis ao exercício do direito de preferência, observado o disposto abaixo.

8.2.1. Havendo, dentro desse intervalo, proposta(s) apresentada(s) por microempresa(s) ou empresa(s) de pequeno porte, será convocada a mais bem classificada para apresentação de última oferta, de valor inferior à proposta de menor preço, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da mensagem automática pelo sistema.

8.2.2. Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não apresente sua última oferta, o sistema convocará automaticamente as demais licitantes microempresas ou empresas de pequeno porte que atendam às condições desta cláusula, obedecida a ordem de classificação, para exercício do mesmo direito.

8.2.3. Não havendo, dentro do intervalo indicado na cláusula 8.2, proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, ou não havendo nova oferta de preço por microempresa ou empresa de pequeno porte, permanecerá classificada em primeiro lugar a proposta de menor preço originalmente ofertada.

8.3. Ressalta-se que, nos termos do Acórdão 1.797/2014 - Plenário do Tribunal de Contas da União, a simples participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada por declaração com conteúdo falso, configura fraude à licitação e enseja a aplicação das penalidades da lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a autora obtenha a vantagem esperada.

9. DA NEGOCIAÇÃO E DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

9.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas no edital.

9.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema e poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

9.2. Finalizada a fase de lances e a negociação, o Pregoeiro examinará a proposta de menor preço e decidirá quanto a sua aceitação.

9.3. Havendo dúvida quanto à composição de preço apresentado, o Pregoeiro poderá solicitar esclarecimento à empresa, objetivando a perfeita avaliação dos preços ofertados.

9.4. NÃO SERÃO ACEITAS PROPOSTAS cujo valor final ofertado, considerado este o valor proposto pela empresa após o encerramento da fase de lances e da negociação porventura realizada junto ao Pregoeiro, **seja superior ao valor máximo estimado por item**, indicado no Capítulo V do Termo de Referência (Anexo I).

9.5. PARA FINS DE ACEITAÇÃO DA PROPOSTA, a empresa classificada em primeiro lugar deverá encaminhar:

a) **Planilha de custos e proposta detalhada**, elaborados na forma disciplinada nas cláusulas 4.4 deste Edital, **com valores ajustados ao último lance ofertado ou ao valor negociado com o Pregoeiro**;

b) **Cópia digitalizada da Convenção Coletiva da Categoria ou Acordo Coletivo de Trabalho** vigente, relativa à atividade preponderante do empregador (empresa licitante), que deverá servir de base para a formação dos seus preços na planilha de custos, ou indicação de sítios eletrônicos em que se possa verificar o inteiro teor da Convenção Coletiva ou Acordo Coletivo;"

b.1) Caso a licitante não se encontre vinculada a nenhuma norma coletiva do trabalho, seja diretamente (acordo coletivo) ou por sua entidade de classe (convenção coletiva), deverá informar expressamente tal condição, podendo formular seus preços observando apenas os direitos trabalhistas previstos na CLT, ocasião em que também se mostra desobrigada a encaminhar o documento previsto na alínea anterior.

9.6. Os documentos que trata a cláusula 9.5 deverão ser enviados através da ferramenta de envio de arquivos do sistema Comprasnet **no prazo máximo IMPRORROGÁVEL de 01 (um) dia útil após a convocação do Pregoeiro**.

9.7. Para a elaboração da planilha de custos e proposta detalhada, o TRE/MS **EXIGE** a utilização do Anexo V do Edital, formulário elaborado em planilha **excel**. **NÃO SERÃO ACEITAS PLANILHAS E PROPOSTAS ELABORADAS EM FORMULÁRIOS DIVERSOS DO FORNECIDO PELO TRE/MS.**

9.7.1. **O não encaminhamento da documentação que trata a cláusula 9.5 no prazo estipulado na cláusula 9.6 e/ou o encaminhamento de formulários diversos dos disponibilizados pelo TRE/MS acarretarão a RECUSA DA PROPOSTA.**

9.8. Identificado erro **grave** na composição dos preços, que possa comprometer a prestação dos serviços, o Pregoeiro efetuará a **RECUSA** da proposta da empresa.

9.9. Havendo dúvida quanto à composição de preço apresentado, o Pregoeiro poderá solicitar esclarecimento à empresa, objetivando a perfeita avaliação dos preços ofertados.

9.10. Caso sejam identificados erros/incorrekções na composição dos preços que não comprometam a prestação dos serviços, será a empresa informada pelo Pregoeiro e convocada para promover a alteração nas planilhas.

9.10.1. A empresa terá o prazo de **02 (duas) horas**, contadas a partir da convocação do Pregoeiro através da ferramenta "chat" do sistema, para promover a adequação das planilhas de custos e proposta detalhada e encaminhá-las através da ferramenta de envio de arquivos do sistema Comprasnet.

9.10.1.1. O prazo previsto na Cláusula 9.10.1 poderá ser majorado, a critério do Pregoeiro, em razão da complexidade dos ajustes a serem feitos.

9.10.1.2. **O não encaminhamento das planilhas de custos e proposta detalhada devidamente adequadas no prazo discriminado nas Cláusula 9.10.1 e 9.10.1.1 poderá acarretar a RECUSA DA PROPOSTA.**

9.11. Aplica-se à fase de aceitação de propostas, no que couber, o disposto no Capítulo 6 deste Edital.

9.12. Havendo necessidade de envio de outros documentos relativos à proposta, para fins de sua correta interpretação e julgamento, deverá ser observado o disposto no Capítulo 11 deste Edital.

9.13. Na hipótese de não aceitação da proposta melhor classificada, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente, na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade, e assim sucessivamente, até a obtenção de proposta que seja aceitável.

10. DA HABILITAÇÃO

10.1. Aceita a proposta de preços, o Pregoeiro verificará a habilitação da licitante proponente, que consistirá na apresentação dos seguintes documentos:

a) **CERTIDÃO CONJUNTA NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS A TRIBUTOS FEDERAIS E A DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**, administrados pela Secretaria da Receita Federal, devidamente válida, **constando expressa a abrangência das contribuições sociais previstas nas alíneas “a” a “d” do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991**;

b) **CERTIDÃO DE REGULARIDADE DO FGTS (CRF)**, devidamente válida, emitida pela Caixa Econômica Federal, que comprove inexistência de débito perante o FGTS;

c) **CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT)**, devidamente válida, emitida pela Justiça do Trabalho nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho em observância ao disposto no art. 29 V da Lei 8.666/93 (incluídos pela Lei nº 12.440 de 2011);

d) Declaração de que a empresa não utiliza menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre; nem menores de 16 (dezesesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos, em conformidade ao disposto no inciso XXXIII, do artigo 7º da Constituição Federal.

e) **CERTIDÃO NEGATIVA DE FEITOS SOBRE FALÊNCIA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL E RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL**, expedida pelo Distribuidor da sede da Pessoa Jurídica;

e.1) A apresentação de **certidão positiva de feitos sobre recuperação judicial e extrajudicial não ensejará a imediata inabilitação do licitante**. A empresa que se encontrar em recuperação judicial/extrajudicial deverá apresentar, juntamente com a certidão positiva, a comprovação de que seu plano de recuperação foi aprovado e homologado judicialmente, com a recuperação já deferida.

e.2) à certidão em que não constar prazo de validade, será atribuída validade de 90 (noventa) dias, contados da data de emissão;

f) **ATESTADO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICO OPERACIONAL**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a empresa executou serviços terceirizados com a alocação de postos de trabalho **por período não inferior a 3 (três) anos**.

f.1) Em vista da natureza do objeto a ser licitado, será admitida a apresentação de dois ou mais atestados emitidos por pessoas jurídicas diversas, de forma que a análise conjunta dos atestados possa comprovar que a licitante executou serviços de forma indireta pelo lapso temporal mínimo exigido.

f.2) É de responsabilidade da licitante a disponibilização de todas as informações necessárias à comprovação a legitimidade dos atestados solicitados.

g) **BALANÇO PATRIMONIAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL EXIGÍVEL**, apresentado na forma da Lei, que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado, tomando como base a variação, ocorrida no período, do ÍNDICE GERAL DE PREÇOS-

DISPONIBILIDADE INTERNA – IGPD, publicado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro indicador que venha a substituí-lo; cuja análise será feita na forma indicada na cláusula 10.9.

h) DECLARAÇÃO RELATIVA AO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL, acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social, constando o valor total dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data de abertura da licitação.

10.2. No tocante aos documentos exigidos nas alíneas “a”, “b” e “c” da cláusula anterior, a habilitação da licitante será verificada mediante consulta *on-line* ao SICAF e/ou ao site da Justiça do Trabalho, ou mediante apresentação dos próprios documentos.

10.3. O documento de que trata a alínea “d” da cláusula 10.1 deverá ser encaminhado eletronicamente (apenas marcando a declaração apresentada pelo sistema), por ocasião do envio da proposta, através de campo próprio no sistema.

10.4. Os documentos que tratam as alíneas "e", "f", "g, e "h", da cláusula 10.1 deverão ser enviados após a divulgação do edital no sítio eletrônico, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com a proposta de preços, nos termos da cláusula 4.1 do Edital e do art. 26 do Decreto nº 10.024/2019.

10.4.1. Com base no recente entendimento do Tribunal de Contas da União, no Acórdão 1.211/2021, verificada a ausência de alguma documentação habilitatória, o pregoeiro convocará o licitante para complementação, desde que os documentos complementares se refiram à condição preexistente à abertura da sessão pública.

10.4.1.1. Na hipótese do item anterior, o envio dos documentos será feito através da ferramenta de envio de arquivos do sistema Comprasnet, no prazo máximo IMPROPRORROGÁVEL de 02 (duas) horas após a convocação do Pregoeiro, sob pena de Inabilitação.

10.5. Observar-se-á para fins de julgamento da habilitação o disposto nas cláusulas 6.4 e 6.5.

10.6. Nos termos da LC 123/2006 e do Decreto 8.538/2015, se exigirá a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da microempresa e da empresa de pequeno porte apenas para fins da contratação.

10.6.1. Os documentos exigidos nesta licitação relativos à regularidade fiscal são os indicados nas alíneas ‘a’ e ‘b’ e o exigido para regularidade trabalhista é o indicado na alínea “c” da cláusula 10.1 deste Edital.

10.6.2. Constatada alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e/ou trabalhista, será assegurado o prazo de **cinco dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a licitante proponente for declarada vencedora do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

10.6.3. A não-regularização da documentação, no prazo previsto na cláusula 10.6.2, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação pertinente, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para firmar a contratação, ou revogar a licitação.

10.7. Em vista da forma eletrônica da execução do certame (na medida em que a licitante pode promover a atualização da sua documentação em qualquer momento), a análise da validade dos documentos exigidos **de forma complementar** terá como base **a data de convocação da licitante pelo Pregoeiro (após a aceitação da proposta) e não a data de**

abertura do certame.

10.8. A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.9. O BALANÇO PATRIMONIAL apresentado pela empresa será analisado com a observância do que dispõem as cláusulas abaixo.

10.9.1. Será considerado como na forma da Lei o Balanço Patrimonial, apresentado mediante:

- a) publicação em Diário Oficial ou jornal; ou,
- b) cópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante; ou,
- c) cópia do Livro Diário, devidamente autenticado na Junta comercial da sede ou domicílio do licitante ou em outro órgão equivalente, inclusive com os Termos de Abertura e Encerramento; ou
- d) escrituração digital entregue à RFB, na forma da Lei.

10.9.2. Será analisada e avaliada a situação financeira da empresa pelos seguintes índices contábeis:

A) Liquidez Geral: $\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

B) Liquidez Corrente: $\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$

C) Solvência Geral: $\frac{\text{Ativo total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$

D) Capital Circulante Líquido (ou Capital de Giro): $\text{Ativo Circulante} - \text{Passivo Circulante}$

10.9.3. Para ser considerada habilitada, de acordo com a análise do Balanço Patrimonial e da Declaração constante na alínea “i” da cláusula 10.1, a empresa deverá obter:

10.9.3.1. Resultado igual ou superior a 1 na avaliação dos índices contábeis enumerados nas alíneas “A” a “C” da cláusula 10.9.2;

10.9.3.2. Capital Circulante Líquido (ou Capital de Giro) de, no mínimo, 16,66% do valor total estimado para o primeiro ano da contratação;

10.9.3.3. Patrimônio líquido igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado para o primeiro ano da contratação; e

10.9.3.4. Patrimônio líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados pela licitante com a Administração Pública e com empresas privadas, vigentes na data de abertura da licitação.

10.9.3.4.1. Caso ocorra divergência na declaração firmada superior a 10% (para cima ou para baixo) em relação à receita bruta discriminada na DRE, deverá a licitante apresentar as devidas justificativas para tal diferença.

10.9.4. Se necessária a atualização do balanço, deverá ser apresentado o balanço atualizado na forma estabelecida na cláusula 10.9.1 acima.

10.10. Atendidas as condições expostas neste Capítulo, a licitante será declarada vencedora.

10.11. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

10.12. No que se refere a envio de documentos/anexos deverá ser observado o disposto no Capítulo 11.

11. DO ENVIO DE DOCUMENTOS E ANEXOS

11.1. Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta eletrônica com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

11.2. Os **documentos complementares à proposta e à habilitação, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento do envio de lances, observado o prazo de 02 (duas) horas da convocação do Pregoeiro, exceto** o previsto na **Cláusula 9.5** (planilha de custos e proposta detalhada e Cópia digitalizada da Convenção Coletiva) deste Edital.

11.2.1. O envio de documento/anexo será feito de forma virtual, mediante uso da função de convocação de anexos existente no sistema.

11.2.2. Os documentos/anexos deverão ser encaminhados, preferencialmente, em arquivo digitalizado, no formato .PDF, de modo a não permitir sua manipulação.

11.3. Visando evitar desperdício de tempo e recursos, tanto do TRE/MS, como das licitantes, **somente deverá haver envio de documentos/anexos complementares por parte das licitantes se houver expressa solicitação do Pregoeiro.**

11.4. O licitante também deverá observar a capacidade de dados da ferramenta de envio de anexos do sistema Comprasnet, anexando apenas as documentações complementares expressamente requisitadas pelo Pregoeiro.

11.4.1. Caberá exclusivamente ao licitante o ônus decorrente da impossibilidade do envio das documentações solicitadas em virtude da não observância da capacidade de envio de dados da ferramenta de envio de anexos do sistema Comprasnet.

11.5. Sendo necessária e imprescindível a apresentação de original ou cópia autenticada do documento/anexo, a empresa licitante deverá fazê-lo no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da solicitação do Pregoeiro.

11.5.1. A via original, ou cópia autenticada, do documento/anexo deverá ser entregue na Seção de Licitação e Compras do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sita na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Jardim Veraneio, Campo Grande – MS, CEP: 79037-100, em envelope contendo a identificação da empresa e a referência ao seu conteúdo e a este Pregão.

12. DAS DESCONEXÕES

12.1. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

12.2. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, **no sítio eletrônico**

utilizado para divulgação.

12.3. Em caso de desconexão de licitante com o sistema, a sessão do Pregão prosseguirá normalmente, cabendo ao licitante os eventuais ônus decorrentes dessa desconexão.

13. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

13.1. Declarada a licitante vencedora, será aberto prazo de, no mínimo, 30 (trinta) minutos para que qualquer licitante manifeste, de **forma imediata e motivada**, sua INTENÇÃO DE RECORRER, mediante registro no campo próprio do sistema.

13.2. Caberá ao Pregoeiro, através de campo próprio do sistema, acatar ou rejeitar, motivadamente, a intenção de recorrer manifestada.

13.3. Verificada a existência de todos os pressupostos recursais na manifestação registrada (quais sejam: sucumbência, legitimidade, tempestividade, motivo e interesse de agir) e ACEITA A INTENÇÃO DE RECURSO, a licitante deverá registrar as razões de seu recurso, em campo próprio do sistema, **no prazo de 03 (três) dias**.

13.4. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, **no prazo de 03 (três) dias**, contado da data final do prazo do recorrente, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.5. Os prazos de que tratam a cláusula anterior serão entendidos como **dias úteis**, em consonância com o critério adotado pelo sistema Comprasnet.

13.6. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará na **decadência desse direito** e o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.

13.7. Não serão abertos prazos para razões/contrarrazões para a manifestação recursal meramente procrastinatória.

13.8. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não podem ser aproveitados.

13.9. Mantida a decisão recorrida, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da autoridade competente, neste caso a Direção-Geral do TRE/MS, que decidirá o recurso.

13.10. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, **a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório**, nos termos do disposto no inciso V do caput do art. 13 do Decreto nº 10.024/2019.

13.11. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação, nos termos do disposto no inciso IX do caput do art. 17 do Decreto nº 10.024/2019.

14. DA FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

14.1. Homologado o resultado desta licitação pela Direção-Geral deste TRE/MS, a contratação será formalizada mediante a lavratura do Contrato, conforme minuta constante do Anexo III deste Edital.

14.1.1. A emissão de Nota de Empenho relativa aos serviços contratados será realizada de acordo com a praxe do TRE/MS.

14.1.2. O período de vigência do Contrato será de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do Contrato.

14.2. Como condição para lavratura do Contrato, bem como para emissão de Nota(s) de

Empenho, a licitante vencedora deverá atender a todas as condições de habilitação exigidas na licitação, inclusive a microempresa ou empresa de pequeno porte que tenha se utilizado da prerrogativa indicada na cláusula 10.6 deste Edital.

14.2.1. A empresa contratada deverá manter, durante o prazo de vigência da contratação, todas as condições de habilitação exigidas na licitação.

14.3. Para que seja efetivada a assinatura eletrônica do Termo Contratual, o licitante vencedor deverá estar cadastrado no Sistema Eletrônico de Informação (sistema de gestão processual eletrônico utilizado pelo TRE/MS).

14.3.1. Caso não possua o referido cadastro, será o licitante vencedor obrigado a se cadastrar, no **prazo máximo de 02 (dois) dias úteis**, contados da comunicação formal do Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul.

14.3.2. O cadastro do licitante deverá ser realizado através do sítio do TRE/MS na internet, através do link https://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0

14.4. O Contrato deverá ser assinado eletronicamente pela empresa vencedora, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da disponibilização do referido documento no Sistema Eletrônico de Informação.

14.4.1. Para fins de apuração do cumprimento do prazo, a mensagem eletrônica de disponibilização do Contrato será considerada recebida e lida pela empresa 01 (um) dia útil após a data de envio registrada no Sistema Eletrônico de Informações.

14.4.2. O prazo indicado no item 14.4 poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

14.5. O acesso ao Sistema Eletrônico de informações dar-se-á através do endereço de e-mail e senha cadastrados pela empresa no Sistema SEI (vide cláusula 14.3.1).

14.5.1. É de inteira responsabilidade da licitante a manutenção da atualização dos seus dados junto ao Tribunal.

14.6. A critério do TRE/MS, o Contrato e/ou Nota de Empenho também poderão ser encaminhados à empresa vencedora através de serviço postal, fax, correio-eletrônico, ou outro meio disponível, aplicando-se os mesmos prazos indicados no item 14.4.

14.6.1. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a receber a Nota de Empenho, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, promover a contratação junto ao Tribunal, sem prejuízo da aplicação das sanções de que trata o art. 49 do Decreto nº 10.024/2019.

14.7. Considerando o disposto no art. 17 da Resolução TSE nº 23.234/2010, como condição para assinatura do contrato a contratada deverá:

a) autorizar o contratante a fazer a retenção na fatura ou na nota fiscal dos percentuais incidentes sobre as rubricas descritas no Capítulo XVI do Termo de Referência e o depósito direto nas respectivas CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO dos trabalhadores da contratada, observada a legislação específica;

b) autorizar o contratante a fazer o desconto na fatura ou nota fiscal dos valores relativos aos salários e demais verbas trabalhistas e o pagamento direto aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da contratada, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis; e,

c) no ato da regularização da CONTA-DEPÓSITO VINCULADA - BLOQUEADA PARA MOVIMENTAÇÃO, firmar termo específico junto a instituição financeira oficial que permita ao contratante ter acesso aos saldos e extratos e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização da Administração.

14.8. A Contratada **PRESTARÁ A GARANTIA** em favor do Tribunal Regional Eleitoral, no montante correspondente a 5% (cinco por cento) do valor total atualizado total Contrato, nos termos disciplinados na Minuta do Contrato.

14.9. O não atendimento das condições fixadas para assinatura do Termo Contratual, inclusive quanto aos prazos, terá os mesmos efeitos da recusa da empresa vencedora em assinar o Termo Contratual, sujeitando-a às sanções administrativas previstas.

14.10. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, outro licitante poderá ser convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas.

14.11. A empresa contratada deverá comprovar a existência de sede, filial ou instalações/escritório no município de Campo Grande/MS, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a assinatura do termo de contrato, conforme cláusula XLI do Capítulo XIV do Termo de Referência.

14.12. Nos termos do Capítulo VII do Termo de Referência, a empresa contratada deverá indicar, quando da assinatura do contrato, os profissionais que colocará à disposição do TRE/MS, comprovando sua formação profissional e experiência de trabalho, mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Arquivista: Formação em curso de Arquivologia no nível de bacharelado, com diploma reconhecido pelo MEC.

b) Historiador: Formação em curso de História no nível de bacharelado e/ou licenciatura, com diploma reconhecido pelo MEC.

c) Para os dois postos de trabalho será exigida comprovação de experiência profissional de, no mínimo, 1 (um) ano no posto pretendido, mediante apresentação de contrato de prestação de serviços ou registro na Carteira de Trabalho.

14.12.1. Em caso de substituição do(s) profissional(is) indicado(s), a Contratada deverá enviar à fiscalização, por meio eletrônico, o nome do profissional será colocado à disposição do TRE/MS, bem como a documentação comprovando o preenchimento dos requisitos exigidos na cláusula 14.12.

15. DAS PENALIDADES A LICITANTES

15.1. Ficará impedido de licitar e de contratar com a União e será descredenciado no Sicaf, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, o licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

15.1.1. Não assinar o contrato.

15.1.2. Não entregar a documentação exigida no Edital.

15.1.3. Apresentar documentação falsa.

15.1.4. Causar o atraso na execução do objeto.

15.1.5. **Não mantiver a proposta.**

- 15.1.6. Falhar na execução do contrato.
- 15.1.7. Fraudar a execução do contrato.
- 15.1.8. Comportar-se de modo inidôneo.
- 15.1.9. Declarar informações falsas.
- 15.1.10. Cometer fraude fiscal.

15.2. Considerar-se-á não manutenção de proposta e sujeitará a licitante às sanções administrativas previstas na cláusula 15.1, o pedido injustificado de desclassificação/recusa da proposta por parte da empresa concorrente após o encerramento da fase de lances.

15.2.1. O não encaminhamento da documentação de habilitação enumerada nas alíneas e", "f", "g e "h" da cláusula 10.1. do Capítulo 10 do Edital, bem como a documentação indicada na cláusula 9.5 do Capítulo 9 do Edital, também poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas relacionadas na cláusula anterior, quando for cabível.

15.2.2. As justificativas a serem apresentadas para as situações descritas na cláusula 15.2 deverão ser acompanhadas de documentações comprobatórias dos fatos alegados.

15.2.3. Ocorrendo o pedido de desistência de participação no certame, o Pregoeiro, atentando para o interesse da Administração, dará continuidade no andamento da sessão pública analisando a proposta/documentação do próximo colocado, o que não eximirá a licitante desistente das sanções previstas na Lei e no presente instrumento convocatório.

15.3. A licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se utilizar da prerrogativa da cláusula 10.6 deste Edital e não regularizar a documentação que tenha sido apresentada com restrição dentro do prazo fixado ficará sujeita ao impedimento de licitar e à multa prevista nas cláusulas 15.1.

15.4 A aplicação das penalidades indicadas nas cláusulas antecedentes não exclui a aplicação de outras sanções previstas na legislação pertinente.

15.5. Nos termos da Resolução 665/2019 TRE/MS, normativo que disciplina a aplicação de sanções administrativas no âmbito do TRE/MS, serão consideradas a gravidade da conduta praticada, a intensidade do dano provocado, a reincidência e o caráter educativo da pena, segundo critérios de razoabilidade e proporcionalidade.

15.5.1. Em caso de reincidência, a multa poderá ser majorada até o dobro.

15.5.2. Para determinar a reincidência, serão considerados os antecedentes da contratada nos últimos cinco anos, contados da primeira decisão administrativa definitiva de aplicação de penalidade perante este Tribunal Regional.

15.5.3. A Administração manterá cadastro interno de inadimplentes, no qual serão registradas as penalidades aplicadas às contratadas ou licitantes.

16. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS

16.1. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, mediante envio de impugnação através de correio-eletrônico, para o endereço pregoeiro@tre-ms.jus.br, com cópia para pregoeirotrems@gmail.com.

16.1.1. A impugnação não possui efeito suspensivo e caberá ao pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de dois dias úteis, contado do data de recebimento da impugnação.

16.1.2. Acolhida a impugnação, o Pregoeiro fixará nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração, inquestionavelmente, não afetar a formulação das propostas.

16.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Pregão deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão, exclusivamente, através de correio-eletrônico, para o endereço pregoeiro@tre-ms.jus.br com cópia para pregoeirotrems@gmail.com.

16.2.1. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contados da data de recebimento do pedido, podendo, para tanto, requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

16.3. A impugnação e o pedido de esclarecimentos deverão conter a identificação do interessado, constando, no mínimo, no caso de pessoa jurídica: a razão social, CNPJ, endereço completo, nome do representante, telefone e e-mail para contato; e no caso de pessoa física: nome completo, CPF, telefone e e-mail para contato.

16.4. Não será dado conhecimento aos pedidos de esclarecimentos e impugnações intempestivos ou que não atenderem às formalidades mínimas dispostas na cláusula anterior.

16.5. A impugnação impetrada em nome de pessoa jurídica deverá ser acompanhada do devido instrumento de procuração, bem como dos documentos que comprovem poderes do impetrante para peticionar em nome da empresa.

16.6. Para fins de análise de tempestividade, as impugnações e os pedidos de esclarecimentos impetrados após o término do expediente do TRE/MS (18:00h) serão considerados como recebidos no dia útil subsequente.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. É facultado ao Pregoeiro oficial, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder em qualquer fase da licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

17.1.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento de que trata o caput do art. 47 do Decreto nº 10.024/2019, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17.2. A apresentação de proposta de preços implica na aceitação plena e total das condições deste edital e seus anexos.

17.3. Fazem parte integrante deste edital o Termo de Referência (Anexo I), Instrumento de medição de resultados (Anexo II), a minuta do Contrato (Anexo III) e demais Anexos descritos no Item 1.3 deste Edital.

17.4. Todas as informações referentes a esta Licitação, tais como: alterações de prazos ou das peças que compõem o Edital, registro de esclarecimentos, impugnações ou recursos e respectivas respostas, resultados de julgamento, entre outras, serão divulgadas no Portal de Compras do Governo Federal (SIASG/COMPASNET), observadas as regras do referido sistema.

17.4.1. As empresas interessadas/licitantes obrigam-se ao acompanhamento das informações disponibilizadas na forma indicada acima, não podendo alegar seu desconhecimento.

17.4.2. As licitantes declaradas vencedoras também se obrigam a acompanhar a disponibilização dos documentos, para fins de assinatura eletrônica, no Sistema Eletrônico de Informações utilizados pelo TRE/MS, nos termos do Capítulo 14 do Edital.

17.4.3. Em caráter complementar, as informações referidas na cláusula 17.4 poderão ser divulgadas, também, no sítio do TRE/MS na internet, no endereço eletrônico **www.tre-ms.jus.br**.

17.4.4. Essas informações poderão ser obtidas, ainda, na Seção de Licitação e Compras do TRE/MS, sito na Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23, Bairro Jardim Veraneio, Parque dos Poderes, Campo Grande – MS, ou através do fone: (067) 3326-5560 ou (067) 2107-7092.

17.5. A autoridade competente poderá revogar o presente procedimento licitatório em razão do interesse público, por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a revogação, e deverá anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, por meio de ato escrito e fundamentado.

17.6. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé ao ressarcimento dos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

17.7. A contagem de prazos realizar-se-á excluindo-se o dia de início e incluindo-se o do vencimento, encerrando-se, sempre, às 18h (dezoito horas) do dia do vencimento do prazo.

17.7.1. Os prazos fixados em horas, quando terminados em dias não úteis, ficam automaticamente transferidos para a primeira hora de expediente do dia útil subsequente.

17.8. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

18. DO FORO

18.1. Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, é competente, na forma da lei, o foro da Justiça Federal de Campo Grande/MS, com exclusão de qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Campo Grande/MS.



Documento assinado eletronicamente por **HARDY WALDSCHMIDT, Diretor(a)-Geral**, em 23/05/2022, às 18:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1211088** e o código CRC **8A6DFA80**.